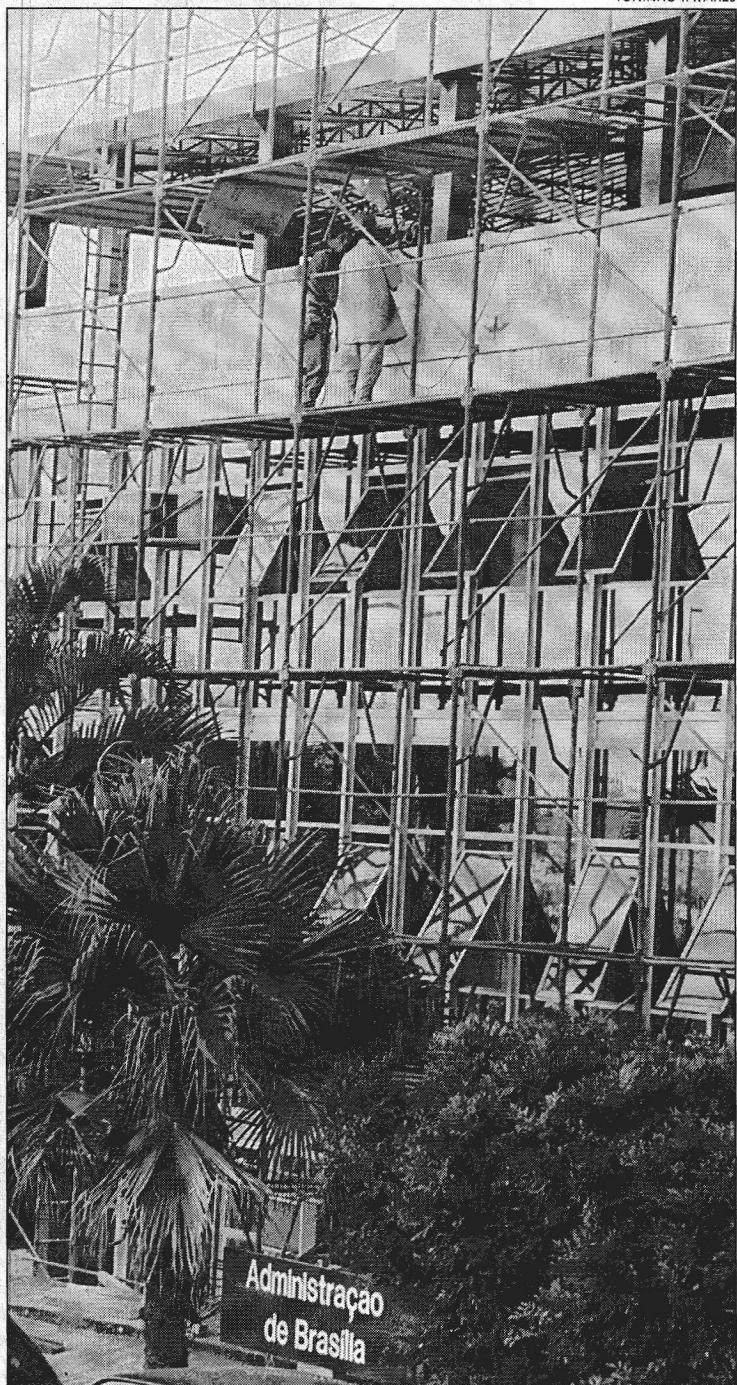


Fiscais notificam até o chefe

Administrador é chamado à atenção pela falta de licença para reformar prédio

TONINHO TAVARES



REFORMA está em andamento há três semanas

DOCUMENTO É EXPEDIDO PELA ADMINISTRAÇÃO, MAS REFORMA DA SEDE SEQUER TEM PROJETO APROVADO

NELZA CRISTINA

Os fiscais de obras da Administração de Brasília voltaram a agir. Esta semana, eles promoveram a derrubada de construções em área pública em comércios da Asa Norte, sem o conhecimento de seus superiores. Ontem, no final da manhã, notificaram o próprio chefe, o administrador de Brasília, Leônio Carneiro, pela falta de licenciamento para a reforma do prédio onde funciona a Administração, no Setor de Comercial Norte. Licenciamento que é fornecido pelas administrações regionais.

A reforma está em andamento há três semanas. Os operários estão trocando e reforçando o telhado de uma área na frente do prédio, para eliminar uma infiltração. "As recomendações vieram da própria fiscalização de obras e têm por objetivo reforçar a segurança de todos aqui dentro", diz Leônio Carneiro.

O argumento, no entanto, é insuficiente para o fiscal de obras da Administração, Luiz Guilherme Wanderley, autor

da notificação. "A obra não tem projeto aprovado e nem licenciamento, como determina o Código de Edificação do DF", diz Wanderley.

O problema, segundo o administrador, é que a notificação foi entregue para a pessoa errada e, por isso, a obra não chegou a ser embargada ontem, como foi determinado pelo fiscal. "O prédio é alugado e o contrato diz que os proprietários são responsáveis pela manutenção. São eles que estão fazendo a reforma e a notificação tinha que ir para eles", diz o administrador, que, ontem mesmo, repassou para os donos do imóvel as exigências da fiscalização. Wanderley, no entanto, afirma que a notificação está encaminhada ao administrador/proprietário.

O prédio é alugado da Fundação de Previdência Privada dos Empregados, da Finep, Ipea, CNPq (Fundação Fipec), que contratou a empresa Civil Engenharia para fazer a reforma. Os responsáveis pela administração da Fundação informam que a empresa contratada, responsável pela documentação, garantiu estar com a obra regular. Wanderley diz que se os documentos existem eles devem ser apresentados.

Ele garante que sua ação, em uma semana conturbada como essa, é pura coincidência. "Eu já estava procurando este papéis há muito tempo e houve um acordo verbal com a administração de que eles se-

riam apresentados até hoje", afirma.

O administrador acha que, pelo caráter da obra, não haveria necessidade de licenciamento. De qualquer forma, ele prefere não questionar a validade ou não da ação do fiscal. Carneiro diz, porém, que não vai abrir mão da Instrução Normativa 01/2000, publicada esta semana no Diário Oficial do DF.

A instrução, que estabelece um controle rígido dentro da administração, na verdade, é mais um capítulo da novela. Ela determina, entre outras coisas, que todas as atividades externas devem ser comunicadas com 48 horas de antecedência ao administrador, que deverá receber, ainda, um relatório semanal de todas as ações realizadas.

Todo problema começou na quarta-feira, quando fiscais de obras promoveram a derrubada de áreas públicas em dois restaurantes da Asa Norte, sem comunicar ao administrador. A reação de Leônio Carneiro foi imediata. Logo no dia seguinte, ele demitiu o diretor de fiscalização de obras e posturas da administração, José de Castro, e colocou em vigor a instrução normativa.

"Não vamos abrir mão da instrução e de dialogar com a comunidade", sentencia Carneiro. A reação dos fiscais veio ontem, com a notificação encaminhada ao chefe pela falta de uma licença emitida pela própria administração.

Mãe acusa catador de explorar seu filho

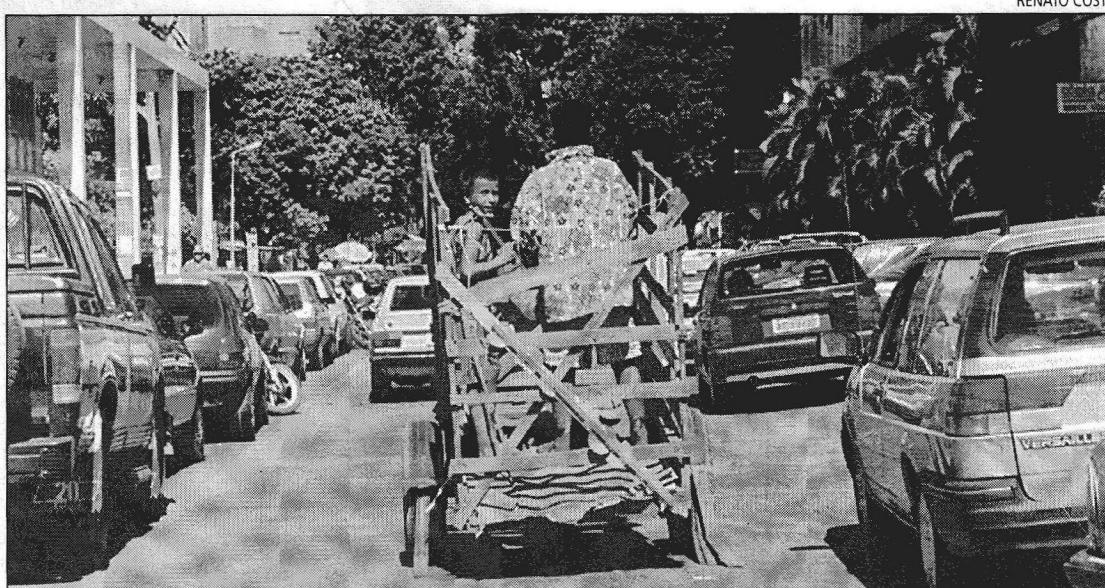
ÉRICA MONTE

Ana Lúcia Oliveira, 30, mãe de Danilo Castro Dourado - o menino catador

de lixo que trabalha de sol a sol, diz que ele nunca trouxe dinheiro para casa. "O menino não vem aqui, fica na casa de Bay por várias semanas e não recebe trocado algum". Bay é Osmar Dias dos Santos, filho de Orlando Dias dos Santos a quem Ana Lúcia acusa de explorar o filho.

"Ninguém obriga o menino a trabalhar, ele fica aqui porque passa fome na casa da mãe", defende-se Orlando. Ontem, Danilo, 11 anos, declarou ao *Jornal de Brasília* que recebe R\$ 25 por mês para percorrer as ruas de Brasília, entre às 6h e às 18h. Vai atrás do lixo valioso: papel e latas de alumínio.

Danilo tem mais seis ir-



DANIL Dourado cata papel e latas, numa jornada diária de 12 horas de trabalho

mãos. A mãe e a irmã mais velha, Ana Paula, 16, não trabalham porque estão grávidas. Ana Lúcia terá o oitavo filho daqui a três meses. Ana Paula não sabe há quantos meses es-

tá grávida. "Só fui no médico uma vez. Eles me pediram um exame, não fiz, fiquei com medo de levar bronca e não voltei".

O sustento da família é ga-

rantido pelo irmão Luciano de 14 anos, que ganha R\$ 50 a cada 15 dias, puxando papel para um vizinho chamado Elton. O pai de Danilo morreu há um ano e seis meses. Foi as-

sassinado no cerrado. O segundo companheiro de Ana Lúcia a largou há um mês. A família não pode receber qualquer tipo de ajuda do Poder Público, porque ninguém tem registro de nascimento.

Osmar Dias dos Santos diz que não explora Danilo. "Não preciso de filho de ninguém para trabalhar para mim, eu tenho os meus". Nem Osmar, nem a mulher, Cícera Aparecida, sabem precisar quantos são. "Já tive tanto menino que até perdi a conta", diz Cícera. De acordo com Osmar, Danilo mora com eles porque é muito "afeiçado" a Bay. "O menino gosta de Osmar, ele é o exemplo dele", diz. Cícera Dias conta que incontáveis vezes pediu ao menino que voltasse para mãe. "Eu disse que não queria ele aqui, ao invés de ir para casa, ele preferiu dormir no mato."